

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO. *de* eografia

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 17 - N.º 1 - JAN./JUN. 1997

A CIDADE NO CAPITALISMO: O LUGAR DO HOMEM

Márcia Eliane Ramos*

RESUMO

Ao longo do tempo, a cidade assumiu várias formas e funções, refletindo e condicionando a organização da vida dos homens. Sob o capitalismo, este princípio continua válido, mas questiona-se um suposto caráter puramente econômico da cidade sob este modo de produção. Analisam-se, nesse artigo, a perda de sentido e a decadência, além de aventar algumas possibilidades de mudança do estado de coisas: a cidade como lugar do encontro, do confronto de idéias, da contestação, do conflito, do movimento..., do homem.

1. A CIDADE NO TEMPO¹

Historicamente, a relação dos homens com seu espaço físico assumiu diferentes formas e significados. Primeiramente, o homem, ainda nômade, preocupou-se com um lugar para os mortos: construiu o cemitério, seu primeiro espaço definitivamente ocupado, ainda que após a morte, uma vez que os vivos permaneciam em constante migração. Portanto, o espaço de ocupação assumia um caráter místico, ligado ao sobrenatural e ao inexplicado e incompreensível mistério vida-morte.

Depois o homem ocupou a caverna, lugar de abrigo, proteção, aca-salamento, depósito de instrumentos, de artes e rituais. Os agrupamentos em torno da produção agropastoril se deram bem mais tarde.

Nas aldeias, já com certa organização sociopolítica, apareceu a figura do chefe político-religioso, o qual tornar-se-ia, mais tarde, rei e representante da divindade. A 'cidade' assumia uma função política, juntamente com as demais.

* Socióloga e aluna de Mestrado em Geografia do IESA/UFG.

A cidade antiga, por causa do perigo de ataque de outros grupos, constituía uma fortaleza. Já conhecia a divisão e a exploração do trabalho, sendo a produção agrícola entregue à classe ociosa (nobreza e sacerdotes), que administrava a vida em quase todos os seus aspectos. Ela também foi a base para a formação dos grandes impérios históricos.

Durante a Idade Média, o declínio da articulação da rede urbana na Europa levou quase ao desaparecimento das cidades, que se tornaram apenas sedes administrativas e episcopais, além de sediarem as feiras, o que lhes conferia algum caráter comercial. Mais tarde, com o reaquecimento do comércio nas cidades europeias, elas começaram novo ciclo de ascensão em todos os aspectos. Porém, no mesmo período, em outras partes do mundo, as cidades continuaram com o mesmo movimento e com o burburinho de antes.

Na Idade Moderna, as cidades tornaram-se centros fervilhantes: não só o comércio intenso, variadíssimo, o movimento financeiro, as primeiras – e quase imperceptíveis – centelhas do futuro industrialismo, mas também, e principalmente, o lugar da efervescência intelectual. A revolução científica, que se processava então, o desenvolvimento artístico, o debate intenso de idéias são características da fase moderna, e ocorreram no e a partir do espaço urbano. Os Estados Nacionais, os despotismos esclarecidos, o poder baseado na força e nas idéias, as novas técnicas de dominação, a expansão territorial através das colônias são todos eventos importantes, todos de origem urbana.

Já na fase contemporânea, o caráter das cidades mudou em função das atividades industriais aí desenvolvidas. O alcance e o significado de tais mudanças serão vistos no próximo item.

2. A CIDADE SOB O CAPITALISMO

A revolução industrial implicou profundas mudanças, em escala mundial. A concentração é a característica básica da cidade neste período: pessoas, capital, tecnologias, fábricas, mercados, bancos, escritórios... Tudo se faz, porém, em função da produção, a qual exige o consumo para realizar seu fim máximo – o lucro. A cidade assume um caráter basicamente econômico: produção-consumo-reprodução-acumulação. E tudo isso, logicamente, influencia sua organização espacial.

Buch-Hanson e Nielsen (Corrêa, 1990, p. 71) afirmam que “cada sociedade tem a sua própria geografia, a sua própria organização espacial”, coerente com a lógica do modo de produção dominante. Não faremos, aqui, uma exposição do modo capitalista de organizar o espaço urbano, pois esse não é nosso interesse, e vários autores o fazem com maestria.² Assinalaremos apenas alguns aspectos mais relevantes da urbanização sob o capitalismo, para então passarmos à análise que nos interessa mais de perto: o sentido da cidade sob o capitalismo.

Sob o capitalismo, as cidades passam a ter uma importância crucial. O fundamento do capitalismo – a industrialização – é um fenômeno urbano. Com a revolução industrial, as cidades passam a concentrar e a centralizar: pessoas, indústrias, bancos, mercados, edificações, relações, serviços, idéias... Tudo isso se faz em função da acumulação do capital. E a acumulação, decorrente dos processos de produção e reprodução do capital, leva à acumulação de riquezas. Tudo isso gera um novo ciclo de produção-distribuição-acumulação, reproduzindo indefinidamente o modo de produção.

As cidades tornaram-se *locus* da produção e da reprodução do capital e da força de trabalho; da acumulação e da concentração; de serviços os mais variados. A divisão social do trabalho, que funda a divisão em classes, é a base de todo este processo e, ao longo do tempo, ela foi ampliada e aprofundada para melhor servir à acumulação capitalista.

O reflexo desse processo na sociedade urbana também é notório. Os espaços tornam-se espaços diferenciados, segundo suas funções, e segregados, de acordo com as funções e as classes sociais. Se, por um lado, houve acumulação de riquezas, por outro o que predominou foi a socialização: da miséria, das péssimas condições de sobrevivência, da morte iminente. A sociedade passou por um processo que podemos designar por “massificação”, ou seja, uma aglomeração de pessoas de modo amorfo e desintegrado (Carlos, 1991, p. 46). Mas este tema será melhor compreendido no próximo item.

Não obstante, é incorreto afirmar, a partir do que já dissemos, que sob o capitalismo as cidades são economicamente determinadas. Segundo Lefebvre (1991, p. 208), “nunca Marx concebeu o econômico como determinante ou como determinismo, mas sim o capitalismo como modo de produção em que predomina o econômico.” Ora, essa predominância do fator econômico em nossos dias é inegável. Mas isso não significa que ele

seja o único a se considerar. Então, somos levados a perguntar: existe algo mais que caracterize a cidade sob o capitalismo, além de seu aspecto econômico (industrial, comercial, financeiro)? Há algum outro sentido (ou ausência de) do espaço urbano nessas circunstâncias? Numa sociedade constituída sob o pilar do individualismo, onde está situado o homem? Ou seja: qual é a dimensão do humano no espaço urbano capitalista? É a estas questões que nos dedicaremos agora, ainda que com a forte impressão de que chegaremos ao final do artigo sem uma resposta definitiva ou, ao menos, próxima dela. Vejamos.

3. O HOMEM NA CIDADE – A AUSÊNCIA DE SENTIDO

Observando o ir-e-vir cotidiano das pessoas de uma cidade – média ou grande – atual, captamos apenas seus passos apressados e expressões faciais, às vezes, vazias. Essa pressa e esse vazio (cheio de significação) certamente nos levarão à sua vida de trabalho: o homem como produtor de bens, reproduzidor do modo de produção e de sua própria força de trabalho, como consumidor de bens e serviços.

Num olhar rápido e superficial, é isso mesmo. Mas a produção e a reprodução só se revestem desse caráter restrito no capitalismo. Elas, na verdade, têm um espectro mais amplo, que inclui a criação de obras, do tempo e do espaço, do próprio ser humano, de relações sociais. Segundo Lefebvre, esta é a produção ampla, e podemos acrescentar, cheia de sentido, de criatividade, desalienada. Mas isto não transparece de forma evidente.

Olhando mais adiante, percebemos o consumidor: o homem de posses. Para o ‘simples mortal’, o trabalhador de todo dia que produz todas as coisas (e obras), o consumo é limitado. Mesmo que a propaganda estimule o imaginário humano com símbolos vigorosos, imagens e palavras provocantes, o consumo não é para todos. Além do mais, ele assume um caráter decepcionante, não só por criar a imagem do consumidor realizado, mas também por promover uma existência imaginária da própria coisa anunciada (Lefebvre, 1991, p. 100). É uma fetichização da coisa, atribuindo-lhe características que ela, em realidade, não tem, e subtraindo alguns de seus verdadeiros traços (as relações que a produzem, por exemplo). Percebemos, até aqui, que o espaço do homem produtor-consumidor é um espaço fluido, inautêntico, alienado. Na verdade, este homem não ocupa – ou não concebe a ocupação de – esse espaço de forma

densa, consciente, decisiva. Ele parece um tanto quanto solto, sentindo-se sem direito a este espaço.

Tais assertivas soam um tanto estranhas, principalmente se pensarmos nos fundamentos filosóficos da sociedade capitalista, nas suas conquistas e progressos materiais e ‘espirituais’, na riqueza por ela conseguida. Do ponto de vista da produção, este modo é perfeito: permite produzir o que se quiser, na quantidade que se desejar e com um mínimo de tempo. Ele resolve o milenar problema econômico da humanidade – a escassez –, ao menos do lado da produção. A distribuição é que é o ‘calcanhar-de-aquiles’ do capitalismo, pois se a produção é social, sua apropriação se faz de forma privada. Se antes se morria de fome por incapacidade produtiva, hoje ocorre o mesmo por vício distribucionista.

Se o fim da sociedade capitalista é a satisfação de necessidades, podemos nos perguntar por que as pessoas continuam insatisfeitas. Lefebvre (1991, p. 89) nos diz que “paira um mal-estar” generalizado, porque a satisfação se faz “acompanhar de uma crise generalizada dos valores”, das idéias, da filosofia, da arte, da cultura, porque a satisfação cria novas necessidades (para poder tornar-se rentável). Assim permanece um vazio de sentido. Vazio este que tem um sentido: o desprovimento de significação da saturação. A satisfação, o prazer e a felicidade são coisas distintas entre si.

Esse mal-estar geral não deveria levar, ao menos, a convulsões sociais de pequeno porte, ou a conflitos localizados? Lefebvre (p. 154-63) nos diz que se não ocorrem é porque a “sociedade terrorista” já criou as condições para a introjeção da pressão, da opressão e da repressão no próprio homem, de modo que ele mesmo efetiva o controle e a coerção sociais sobre si próprio e sobre os outros. Evidentemente, ele aponta outros elementos, mas não são relevantes na presente análise.

Até aqui temos, então, a cidade como espaço repressivo, opressor, violento. Mas não só estes aspectos contam. O medo e a insegurança – internos e externos, ao mesmo tempo – acompanham o homem da cidade capitalista. Medo não só da violência, mas de não conseguir sobreviver com os recursos de que dispõe (quando dispõe de algum). Insegurança quanto ao amanhã, ao trabalho, à moradia, à comida; quanto à vida e quanto à morte.

Podemos encerrar este item afirmando que a cidade é o espaço de alienação do homem, ao separá-lo da propriedade dos meios de produção

e da possibilidade de apropriar-se de si mesmo e do mundo através do processo produtivo de ambos. É também espaço de inautenticidade, porque o homem deixa de ser sujeito, uma vez que é alienado. E ainda, e por isso, é o espaço da decadência, pois o homem alienado não decide por si, não tem autonomia. Vejamos isto de forma mais detalhada.

4. A CIDADE CONTRA O HOMEM – A DECADÊNCIA

Tentaremos, a partir de algumas categorias heideggerianas, tratar da questão do sujeito. Nesta concepção, o homem, enquanto pre-sença, só pode se compreender no mundo, na lida. Ou seja, o ser só é no mundo. Ser no mundo é ser em relação. Porque o mundo é, fundamentalmente, relação inter-subjetiva. No mundo, o homem tem a possibilidade de se relacionar consigo mesmo, com os outros homens, com a natureza. Esta relação subjetiva (=de sujeitos) estabelece um sentido para o mundo. O sentido do ser se constitui na lida com o mundo.

Segundo Heidegger (1988, p. 67), “o sujeito não é nunca dado sem mundo, e não há um ‘eu’ isolado sem os outros. Os outros já estão co-presentes no ser-no-mundo”. E ainda: “o mundo da pre-sença é mundo compartilhado. O ser-em é ser-com os outros. O ser-em-si intramundano destes outros é co-presença.” (id., p. 170).

A partir disso, podemos afirmar que o homem, na cidade capitalista, encontra-se na posição de não-ser, isto é, o modo de ser de seu próprio eu é a perda de si próprio. Ele deixa de ser sujeito, porque não constitui o seu mundo. Ele ocupa um espaço que lhe é dado enquanto tal, sem habitá-lo. Ele não atribui sentido ao mundo. Pois, se ser no mundo é ser em relação, como dotar de sentido um mundo em que as relações interpessoais não são inter-subjetivas, em que não há crenças comuns, confiança, relações de ‘distanciamento’, mas apenas um perder-se na multidão anônima? Como ser (sujeito) num mundo que trata o homem como coisa?

Ainda em Heidegger (p. 159), “o ser no mundo é espacial”. E “o espaço só pode ser concebido recorrendo-se ao mundo” (p. 163). O espaço constitui-se a partir da pre-sença no mundo – não como projeção do sujeito, mas como precedência do encontro com o espaço. Logo, o espaço não é o lugar no qual se está, mas o lugar no qual se é. Só é possível ser no lugar – a pre-sença é espacial. (p.161), e o *lugar* é o espaço pleno de sentido, de significação. Mas o é porque é espaço vivido, habitação, mundo da vida.

Isto pressupõe todas as afirmações acima sobre o ser, o mundo, a presença, a inter-subjetividade.

Para Tuan, o lugar é o espaço no qual se tem maior intimidade. E Anne Buttimer (apud Christofoletti, 1985, p. 174) conceitua o espaço como o “conjunto contínuo dinâmico, no qual o experimentador vive, desloca-se e busca um significado. É um horizonte vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valorizadas”. Ora nossas cidades não são exatamente este espaço pleno de significações. Mesmo que algumas parcelas do espaço urbano tenham um sentido constituído por um grupo social dado (o local de moradia, o campo de futebol do bairro, o bar da esquina, a igreja...), isso não leva à apropriação do espaço de forma plena. Porque mesmo estes espaços entram na concepção dominante de cidade.³

O homem na cidade está só, mesmo quando está entre muitos.

O ser-com e a facticidade da co-pre-sença não se fundam, pois, numa ocorrência simultânea de vários ‘sujeitos’ (...) Nesse estar ‘entre eles’, eles são co-pre-sentes; sua co-pre-sença vem ao encontro no modo da indiferença e da estranheza (Heidegger, 1988, p. 172).

Esta é, pois, a situação do homem urbano: não se liberam aí as possibilidades para um “ser-com”, porque o mundo simplesmente dado não permite/possibilita o encontro.

E, contudo, estas pessoas cruzam-se apressadas como se nada tivessem em comum, nada a realizar juntas, e a única convenção que existe entre elas é o acordo tácito pelo qual cada um ocupa a sua direita no passeio, a fim de que as duas correntes da multidão que se cruzam não se constituam mutuamente obstáculo (...) (Engels, 1986, p. 36).

Mais adiante, o mesmo autor afirma ser esse o princípio fundamental da sociedade capitalista – o isolamento e a indiferença. Se não há o encontro, não há o discurso, nem o sujeito, nem o sentido. Trata-se de sujeitos que foram afastados de sua condição de ser, portanto, inautênticos, e disso resulta que o que caracteriza a cidade é a decadência (Heidegger, 1988, p. 230).

“De-cair no ‘mundo’ indica o empenho na convivência, na medida em que esta é conduzida pelo falatório, curiosidade e ambigüidade”

(id., p. 237). Estas três categorias oferecem a noção precisa da superficialidade, do descompromisso, da impermanência, da dispersão e do desamparo no mundo, e com ele, sufocando as possibilidades do ser (id., p. 227-42). É a queda na vivência inautêntica, quando se deixa de decidir por si próprio. De-cadência que significa: “a pre-sença está junto e no ‘mundo’ das ocupações”, o que possui o caráter freqüente “de perder-se na publicidade do impessoal” (id., p. 237). “O ser-no-mundo da de-cadência, tentador e tranqüilizante é também ‘alienante’.”(id., p. 239). A pre-sença vive fora de si mesma. E voltamos à inautenticidade. A ausência de Lugar é importante, porque o espaço é uma das dimensões na qual se descobrem as próprias potencialidades: o ser só é no mundo, portanto, enquanto localizado. A destruição do lugar, que se dá sob o capitalismo, deixando apenas a fragmentação espacial, concorre para destituir o homem de seu ser, afastá-lo da sua condição de pre-sença. Mas até que ponto pode esta situação se manter?

5. CONCLUSÃO: AS OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CIDADE E A POSSIBILIDADE DO SALTO PARA FORA

Por curioso que possa parecer, o que se pretende não é chegar a uma fórmula perfeita de harmonia absoluta, mas de se captar os importantes elementos que mantêm a cidade. Isto nos remete para a “percepção da essencial necessidade humana de desarmonia e conflito” (Mumford, 1965b, p. 499). Porque estes elementos apontam para a presença da vida – só não tem conflito aquilo que já está morto.

A variedade e a diversidade na vida urbana são necessárias para o conflito, a desarmonia, o embate de idéias, idéias que geram práticas. É nesta movimentação conflituosa que podemos encontrar saídas. E certamente a situação não se manterá por muito tempo, a partir do momento em que aqueles conflitos aflorarem. Na discussão de idéias, os homens podem perceber a ausência de sentido, e podem mesmo querer levar adiante uma ação que os jogue de volta no movimento do mundo.

Desde o evento do capitalismo, a cidade se caracteriza como o lugar da contestação, do profano em oposição ao sagrado, da novidade contra a tradição. Esta liberação do espírito rebelde, crítico, cético, pela própria urbanidade, apresenta uma possibilidade de saída.

O traço mais importante da cidade, a meu ver, é justamente sua multifacetação, sua multiplicidade de possibilidades. O capitalismo viu isso muito bem e soube aproveitá-lo em favor próprio, mas para isso subjogou e desarraigou o homem do seu ser. Porém, não destruiu de uma vez e para sempre a subjetividade, haja vista as tensões sociais, a partir do mal-estar geral, manifestado na explosão da violência cotidiana, quase rotineira, nos conflitos intergrupais. Eis uma contradição e uma possibilidade de saída. O conflito, a contestação, o movimento, a contradição são forças em ação. Essa dinâmica pode reverter a de-cadência e a ausência de sentido em busca de sentido e constituição de um novo sujeito.

A cidade sob o capitalismo é de-cadência da pre-sença, ausência do sujeito, mas também é possibilidade de restituição do sujeito, de reabilitação do ser. Sem dúvida, a cidade sob o capitalismo é isto: espaço construído, diferenciado, segregado. Espaço do lugar e do não-lugar. Ausência. Distanciamento. De-cadência. Contradição. Possibilidade da pre-sença, da autenticidade, da subjetividade. Neste sentido, o salto não é para fora, mas para dentro... da cidade.

RESUMÉ

Tout au long de l'histoire la ville a assumé plusieurs formes et fonctions ayant pour but l'organisation de la vie des hommes. Sous le capitalisme ce principe est encore valable mais nous devons questionner la vision économiste de la ville sous ce mode de production. Dans cette article, el est analysé la perte de sens et la décadence de la ville ainsi que ses possibilités de changement: la ville tant que lieu de reconcontre, de confrontations des idées, de contestation, des conflits, du mouvement... des hommes.

NOTAS

1. Não se trata, aqui, de longa e detalhada exposição sobre a história da cidade. Não é este o nosso interesse. Apenas destacamos, ao longo do processo de ocupação humana do espaço, as características mais importantes para o objetivo deste artigo.
2. Para uma compreensão detalhada deste assunto, ver: Ana Fani A. Carlos, *A cidade*, São Paulo: Contexto, 1992; Ana Fani A. Carlos, *Espaço e indústria*, 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991; Leonardo Benevolo, *História da cidade*, São Paulo: Perspectiva, 1983; Lewis Mumford, *A cidade na história*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1965a; Maria

E. B. Sposito, *Capitalismo e urbanização*, 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

3. Não afirmamos que a cidade, no capitalismo, é um espaço sem sentido. As frases que podem apontar para uma tal compreensão devem ser entendidas da seguinte forma: sob o capitalismo, o sentido é atribuído a partir “de fora”, não do grupo que habita, se desloca, vive em determinado espaço. A alienação, a decadência, o não-sujeito referem-se a isto, pois existe um (ou mais) sujeito(s) que atribui o sentido ao espaço: nada é dado, simplesmente. Alguém faz e atribui sentido. Do ponto de vista da maioria esmagadora da população urbana, não se tem o sentido da cidade, porque não se é sujeito. Mas existe uma outra parcela da população que constrói a cidade e seu sentido. E detém o monopólio da concepção dominante de cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *Espaço e indústria*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas geográficas*. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-93.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. *Região e organização espacial*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

ENGELS, Friedrich. As grandes cidades. In: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global Editora, 1986.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988. Parte I.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965a.

_____. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965b.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

TUAN, Yi Fu. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas geográficas*. São Paulo: Difel, 1982. p.143-164.